

**Levantamento preliminar do patrimônio  
arqueológico de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados,  
Mesquita e Belford Roxo, situados na Região  
Metropolitana do Rio de Janeiro**

**Preliminary survey of the archaeological heritage of Nova Iguaçu  
Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, situated in the  
Metropolitan Region of Rio de Janeiro**

*José Mauricio da Silva*<sup>1</sup>

*Claudia Rodrigues Carvalho*<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Arqueólogo, doutorando em arqueologia no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. [arqueomauricio@yahoo.com.br](mailto:arqueomauricio@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Arqueóloga, Professora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. [claudia@mn.ufrj.br](mailto:claudia@mn.ufrj.br)

## RESUMO

Este artigo aborda o levantamento preliminar do patrimônio cultural arqueológico no Município de Nova Iguaçu e seus distritos emancipados (Japeri, Queimados, Mesquita, Belford Roxo) e uma pequena parcela de Miguel Pereira, inseridos na região referenciada pelos rios Iguaçu, Guandu e Santana e os maciços do Tinguá e Mendanha no Estado do Rio de Janeiro. Forma um polígono com divisão político-administrativa específica, cujo processo de ocupação humana remonta ao período pré-colonial. O levantamento foi iniciado no CNSA do IPHAN, seguido por pesquisa bibliográfica, buscando informações documentais sobre o processo de ocupação do espaço. Prospecções não interventivas no campo e entrevistas com os representantes das comunidades locais, também foram empregadas neste levantamento que resultou em 32 sítios cadastrados. A área se molda pela dinâmica de um processo de urbanização intenso e pelas transformações econômico-sociais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, alterando a paisagem local e arriscando a preservação de seu patrimônio e memória.

**Palavras-Chaves:** Sítio arqueológico; Rio Iguaçu; Rio Santana; Tinguá e Mendanha.

## ABSTRACT

This article addresses the preliminary survey of the archaeological cultural heritage in the Municipality of Nova Iguaçu and its emancipated districts (Japeri, Queimados, Mesquita, Belford Roxo) and a small portion of Miguel Pereira, inserted in the region referenced by the Iguaçu, Guandu, Santana rivers and the Tinguá and Mendanha massifs. Form a polygon with specific political-administrative division, whose human occupation process dates back to the pre-colonial period. The survey started at the CNSA of IPHAN, followed by bibliographic research, seeking documentary information about the process of occupation of space. Non-interventional survey in the field and interviews with representatives Community, were also used in this survey, which resulted in 32 registered sites. The área is shaped by a intense urbanization process and by the economic and social transformations of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, changing the local landscape and risking the preservation heritage and memory.

**Keywords:** Archaeological site; Iguaçu river; Santana river; Tinguá and Mendanha.

## 1 Introdução

Este artigo apresenta os elementos proeminentes do patrimônio cultural arqueológico inserido no espaço geográfico constituído pelos municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita, Belford Roxo, todos na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além de uma parcela do Município de Miguel Pereira, Região do Médio Paraíba do Sul. Trata-se de uma área referenciada pelos rios Guandu, Santana e Iguaçu e pelos maciços do Tinguá e Mendanha. A Baixada Fluminense foi um grande receptor de levas migratórias, a partir de 1930, em função do "Estado do Bem-Estar Social", cujo fluxo foi impulsionado por obras de vulto como a ponte Rio-Niterói e o Metro do Rio de Janeiro nas décadas de 1960/1970. Chegaram num espaço empobrecido pela desatenção política e com um intenso processo de capitalização do solo rural, cultivado pela citricultura em decadência, e transformado em loteamentos urbanos falidos durante as décadas de 1940 e 1960. Uma região em franco processo de urbanização onde o espaço rural cede, cada vez mais, ao crescimento da cidade, sob a ótica da valorização financeira e da especulação imobiliária. Nesse meio, o patrimônio cultural arqueológico encontra-se, intensamente, impactado por essa visão de grande lucratividade associada a pouco investimento. Preservar o patrimônio cultural arqueológico, nesse contexto, exige articulação político-social capaz de competir com a articulação político-financeira que não enxerga a relevância da preservação dos elementos culturais no espaço mencionado. Embora trabalhos arqueológicos venham sendo executados, não têm sido suficientes para a difusão e proteção do valioso acervo existente na região.

Dessa forma, entendemos esse levantamento como um instrumento primário para preservação e o conhecimento do patrimônio arqueológico da região, motivo pelo qual empreendemos esse estudo, fundamentado nas

abordagens paisagística, urbana e pública da arqueologia. A preservação passa, também, pela abordagem do patrimônio arqueológico, enquanto um importante acervo "ferramental" capaz de alicerçar as bases socioculturais da sociedade, atribuindo ênfase no potencial econômico associado aos bens culturais, porém não aproveitado.

Espera-se que o presente levantamento possa reforçar e despertar nas sociedades que ocupam o território estudado, o interesse pelo seu patrimônio cultural arqueológico, enquanto instrumento da memória e história locais, mas também como espaço que, por seu valor social, possui grande potencial socioeconômico a partir de uma perspectiva cultural eventualmente turística capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

## **2 O Patrimônio Cultural Arqueológico**

Compreende o acervo arqueológico, na ótica deste trabalho, o conjunto de bens constituído por vestígios de ocupações pré-coloniais, estruturas arquitetônicas históricas, artefatos produzidos a partir das mais variadas matérias-primas e outros elementos que retratem as ações dos grupos humanos no ambiente, transformando-o em paisagens e alterando-as em função de novas atividades desenvolvidas num processo dinâmico e contínuo no território estudado.

O sítio arqueológico é a unidade fundiária que contém as evidências dessas atividades do comportamento humano ocorridas no passado representadas, principalmente, por artefatos e monumentos envolvidos num contexto, ou seja, numa perspectiva espaço-temporal. Seguindo a definição proposta por Jones (1996, p. 01) e confirmada em Renfrew e Bahn (1998, p. 43), os artefatos e os monumentos são, respectivamente, qualquer objeto portátil feito e/ou usado por humanos e as evidências não portáteis do comportamento, da atividade e da tecnologia produzida por grupos sociais. Ambos constituem

os objetos (registros) que indicam um sítio arqueológico seja pré-colonial, seja colonial (histórico).

Partimos do princípio de que o patrimônio arqueológico, enquanto uma categoria de patrimônio cultural, é um bem resultante da materialidade ideológica em formas e funções específicas no tempo e no espaço (TILLEY, 2008, p. 61-71) na constituição do qual, está investida a memória cultural<sup>3</sup>, refletindo as atividades de nossos antepassados, em uma dada época, ocupando um determinado ambiente. Desta forma, a memória fica contida na materialização do trabalho realizado por grupos sociais ao longo dos tempos, neste caso, o patrimônio cultural arqueológico (BARDEN; GOMES; LAROQUE; MAGALHÃES & MORIGI, S/D, p. 187). Esse processo, também, determina a dinâmica da cultura (DURHAM, 2004, pp. 234-235), quando atores sociais se apropriam e transformam a natureza em algo que satisfaça suas necessidades, num constante processo de aperfeiçoamento, que deixa no espaço o registro de seu comportamento (LEFEBVRE, 2000, p. 59).

As origens da concepção de patrimônio possuem inúmeras raízes e todas se firmam na ideia de preservação da memória coletiva por critérios valorativos, estéticos, históricos e culturais, sempre em atenção aos riscos que a modernidade impõe às tradições (PAES, 2009, p.2).

O conceito de patrimônio cultural, na forma como conhecemos hoje, surge na aurora da Revolução Industrial, ao final do século XVIII, no bojo da Revolução Francesa, instituidora de uma nova ordem política, jurídica, social e econômica (TORELLY, 2012, p. 65). O significado de patrimônio cultural é diversificado, incluindo produtos do sentir, do pensar e do agir humanos. O

---

<sup>3</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, e pode ser acessado em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> e; GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, V. 3, N. 3, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2012. <https://periodicos.furg.br/hist/issue/view/393>

termo vem da palavra latina, *patrimonium*, que quer dizer, tudo que pertence ao pai, pater famílias, ou seja, pai de família e a família compreendia tudo que estava sob o domínio do senhor, inclusive mulher e filhos, escravos, os bens móveis e imóveis e animais (CARLAN e FUNARI, 2010, p.16). A palavra patrimônio tem vários usos e significados (BRUSADIN, 2015, p. 2). O mais comum é o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem, mas que, transportado a um território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que está dentro de seus limites de competência administrativa. Em outro sentido, o patrimônio pode ser classificado em duas grandes divisões: natureza e cultura (BRUSADIN, 2015, p. 66). Para Choay (1999, p. 11) a palavra patrimônio é muito antiga e ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Surgiu na Europa, com referência ao patrimônio histórico, mas adquiriu dinâmica que lhe atribuiu uma requalificação a partir de diversos adjetivos como genético, natural, histórico, etc. fazendo, hoje um percurso diferente e notório (CHOAY, 1999 p. 11). Segundo Brusadin (2015, p. 67) a conceitualização de patrimônio cultural no Brasil é de data relativamente recente. O desenvolvimento dos conceitos no Brasil envolve fatos políticos e culturais marcantes da História do País, tais como, a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico - SPHAN em 1937 (BRUSADIN, 2015, p.67).

Segundo Tomaz (2010, p. 3), o patrimônio cultural compreende três grandes categorias que englobam elementos pertencentes à natureza, conhecimento e as coisas construídas, resultantes da relação entre o homem e meio ambiente. A concepção de patrimônio formado apenas por bens históricos e artísticos, conduz na totalidade de um conceito mais completo e amplo e, apesar de sua aproximação com a indústria cultural, com a fragmentação das identidades dentro das tendências globais da vida moderna, sua função coesa permanece (TEIXEIRA & VIEIRA, 2007, p. 302).

A noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade [...], mas esses bens nem sempre possuem atributos estritamente utilitários, servem a propósitos práticos, mas possuem, significados mágico-religiosos e sociais (GONÇALVES, 2003, p.23).

A categoria patrimônio cultural evoluiu do patrimônio histórico, e o próprio termo patrimônio tem sua evolução marcada pela dinâmica do conceito de cultura. Para Tomaz (2010, p.7), o chamado patrimônio cultural, entendido como conjunto dos bens culturais, referentes às identidades coletivas, enriqueceu a noção de patrimônio:

[...] englobando sob a mesma perspectiva as múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, particularidades gastronômicas, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos, os quais passaram, a partir daí, a ser valorizados pelas comunidades e organismos governamentais nas esferas local, estadual, nacional e até mesmo internacional.

A partir dessa contextualização do termo patrimônio, o seu conceito foi conciliado à realidade da região estudada a fim de inserir, tanto os sítios arqueológicos do período pré-colonial, como os históricos e as demais expressões oriundas do comportamento dos povos pretéritos. Assim, o conceito de patrimônio utilizado foi buscado na origem do termo latino, na Europa do século XVIII, no Brasil do início do século XX e nos dias de hoje, aproveitando-se da dinâmica do próprio termo para adequá-lo ao espaço trabalhado. Nessa ótica, o patrimônio é abordado conforme a definição estabelecida pelo Artigo 1º da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que considera patrimônio cultural: **Os monumentos:** [...] elementos de estruturas de carácter arqueológico [...]; **os conjuntos:** grupos de construções isoladas ou reunidos [...]; **os locais de interesse:** obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse

arqueológico [...].

A questão do patrimônio cultural, em especial o arqueológico, nos remete à ideia de memória cultural, constituindo, esta, num dos fenômenos culturais e políticos dos anos recentes, colocando-a, como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais (HUYSSSEN, 2000, p. 09). Se o passado é permanente, por não podermos alterar o que realmente aconteceu, e mutável, por adequarmos o que realmente aconteceu conforme as ansiedades do presente (PERALTA, 2007, p. 17), o patrimônio cultural arqueológico surge como um bem, inserido na teia cultural, regulador, limitante da instrumentalização do passado, manifestada na ideia de um passado construído e/ou de sua manipulação político-ideológica (PERALTA, 2007, p. 17) em função de algum grupo de interesse. O patrimônio cultural arqueológico, talvez seja o principal vínculo físico entre as pessoas de uma comunidade ou sociedade e sua trajetória dos tempos pretéritos aos dias atuais. A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento, ou seja, ela é humana e social (HUYSSSEN, 2000, p. 37).

[...] a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas (HUYSSSEN, 2000, p. 26).

Segundo Choay (1999, p.22), todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória e que as diferentes relações que os monumentos e monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber, impõem uma diferença maior relativa à sua conservação. Essa hipótese é confirmada no Município de Japeri-RJ, constituído de dois centros urbanos e várias áreas rurais. Em um dos centros urbanos conseguiu-se preservar um sítio arqueológico histórico e o

prédio da estação ferroviária, ambos do século XIX com a mobilização da comunidade sob o respaldo da legislação incidente sobre eles. Percebemos, em Japeri, que a ruptura de uma comunidade ou sociedade com a memória faz com que o próprio patrimônio seja esquecido e desvinculado do cotidiano do cidadão ou cidadã, levando essas pessoas a agirem como atores da depredação patrimonial, a partir de diversas ações conhecidas.

Ao desvincular-se de sua memória cultural, vista aqui, enquanto [...] tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p. 09), uma população perde, também, os elementos básicos necessários para o seu autoconhecimento ou promoção. Nesse sentido, atentamos para a importância do acervo arqueológico à preservação e resgate da memória cultural.

## **2.1 Estado da preservação do patrimônio arqueológicos na área estudada**

O patrimônio arqueológico situado nos municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo sofrem altos impactos ocasionados pela urbanização, em consequência de obras civis onde áreas rurais foram ocupadas por condomínios e loteamentos residenciais, industriais, comerciais ou pela malha rodoviária que intercomunica todo esse complexo. Os sítios localizados na zona urbana estão sob riscos intensos de destruição em função da rápida transformação do espaço, provocada pela valorização monetária dessas localidades. Na zona rural remanescente, os sítios podem sofrer pressões diferentes. A mudança e descaracterização da paisagem seguem ritmos distintos daqueles vistos em áreas urbanas. Os danos na região de estudo são caracterizados, principalmente, pelo aproveitamento de estruturas históricas, ou parte delas, para construção de novas edificações. Pedras e alicerces podem

ser retirados ou reaproveitados, *in loco*, para construção sobre uma base preexistente.

Em ambos os casos a principal força de impacto negativa, que age sobre os sítios arqueológicos, é provocada pela inexistência de uma política pública local de preservação que envolva a fiscalização efetiva e a educação patrimonial, uma vez que as ações em âmbito federal e estadual não são suficientes.

A ausência de um olhar diferenciado ao patrimônio cultural, em especial ao patrimônio arqueológico, leva empreendedores (imobiliários, agropecuários, comerciantes) a tratar o bem cultural como um entrave ao desenvolvimento. Preservacionistas, pesquisadores, participantes de movimentos e manifestações culturais e grupos de valorização da memória cultural, geralmente, representam um contraponto à perspectiva negativa associada ao patrimônio e à herança locais, ainda que de forma diversa e difusa.

Numa classificação cronológica dos sítios arqueológicos, encontramos três momentos importantes para a região desse estudo: um período pré-colonial, em que os sítios são caracterizados pelas evidências dos grupos nativos pretéritos (DIAS e NETO, 2017, p. 104), o momento do contato estabelecido entre indígenas e o europeu no qual as evidências se caracterizam por um conteúdo misto resultado do encontro de sistemas culturais distintos e, por fim, o momento da colonização de fato, que retrata a chegada sistemática de novos grupos que impõem sua presença e seu modo de vida escravagista, responsável pela inserção de significativo contingente africano na região. A esses três momentos soma-se um quarto, decorrente das transformações políticas, econômicas e sociais do século XX, com a introdução do cultivo da laranja e políticas diferenciadas de valorização/desvalorização do território.

### **3 Metodologia**

Foram levantados todos os sítios arqueológicos registrados na região de estudo presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do IPHAN (Tabela I). Todos os sítios registrados foram revisitados com a finalidade de avaliar o estado de conservação e os potenciais riscos à preservação dos mesmos.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em arquivos públicos e assemelhados, bem como entrevistas com moradores e agricultores. A partir de tais referências a região foi percorrida com o propósito de reconhecer e registrar outros elementos do patrimônio arqueológico não evidenciados até o momento.

Todos os dados constituem inventário preliminar do patrimônio arqueológico de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo e parte de Miguel Pereira.

#### 4 Resultados

Foram listados 47 sítios arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN (Tabela I) e 32 sítios arqueológicos a serem registrados em função do levantamento realizado (Tabela II), sendo 11 sítios arqueológicos no Município de Miguel Pereira, que podem ser localizados com base na documentação histórica inventariada, principalmente a cartografia histórica que se mostrou de grande valia à arqueologia histórica e mesmo pré-colonial.

Tabela I: Sítios arqueológicos registrados por município, disponíveis no CNSA/IPHAN

Nome do Sítio	Município	Cadastro no IPHAN	Categoria/Tipo de Sítio
Sambaqui da Marquesa	Belford Roxo: Vila Marquesa de Santos	Sambaqui da Marquesa RJ-LP-40	Pré-Colonial
Redentor	Belford Roxo:	Redentor RJ-LP-6	Histórico

	Parque São José (Jardim Redentor)		
Vacaria	Belford Roxo: Fazenda Vacaria	Vacaria RJ-LP-4	Pré-Colonial
Baixada	Belford Roxo: Antiga Fazenda Calundu	Baixada RJ-LP-3	Pré-Colonial
Cruzeiro	Belford Roxo: Loteamento Santa Tereza	Cruzeiro RJ-LP-2	Pré-Colonial e Histórico
Madame Picucha	Belford Roxo: Loteamento Santa Tereza	Madame Picucha RJ-LP-1	Histórico
Dona Laura	Belford Roxo: Vilar Novo	Dona Laura RJ-LP-43	Pré-Colonial
Fazenda Roseira	Queimados: Fanschem	Fazenda Roseira	Histórico
Aldeia Roseira	Queimados: Santa Amélia	Aldeia Roseira	Pré-Colonial
Rio Morto	Nova Iguaçu: Rio D'Ouro/ Mantiqueira	Rio Morto	Histórico
Fábrica de Pólvora	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Fábrica de Pólvora	Histórico
Carlos Sampaio II	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Carlos Sampaio II	Histórico
Engenho do Alto	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Engenho do Alto	Histórico
Vale Verde	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Vale Verde	Histórico

Carlos Sampaio IV	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Carlos Sampaio IV	Histórico
Cacuaia	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Cacuaia	Histórico
Carlos Sampaio V	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Carlos Sampaio V	Histórico
Palmeiras	Nova Iguaçu: Adrianópolis/Barão do Guandu	Palmeiras	Histórico
Fazenda São Bernardino	Nova Iguaçu: Iguaçu Velho	Fazenda São Bernardino	Histórico
Vila de Iguaçu	Nova Iguaçu: Iguaçu Velho	Vila de Iguaçu	Histórico
Santa Rita	Nova Iguaçu: Santa Rita	Santa Rita	Histórico
Bambu	Nova Iguaçu: Vila de Cava	Bambus	Histórico
Vale das Pindobas	Nova Iguaçu: Barão de Guandu (?)	Vale das Pindobas	Histórico
Barão de Iguaçu	Nova Iguaçu: Barão de Iguaçu	Barão de Iguaçu	Histórico
Carlos Sampaio III	Nova Iguaçu: Austin/Carlos Sampaio	Carlos Sampaio III	Histórico
Amaral	Nova Iguaçu: Amaral	Amaral	Histórico
Paineiras I	Nova Iguaçu: Adrianópolis	Paineiras I RJ-LP-64	Histórico
Paineiras II	Nova Iguaçu: São Judas Tadeu/Cata	Paineiras II	Histórico

	Vento		
Aldeia de Itaguaçu II	Japeri: Santa Terezinha	Aldeia de Itaguaçu II	Pré- Colonial
Normandia	Japeri: Fazenda Normandia	Normandia	Pré- Colonial
Aldeia Itaguaçu I	Japeri: Santa Terezinha	Aldeia Itaguaçu I	Pré- Colonial
Ary Schiavo	Japeri:	Ary Schiavo	Histórico
Dois Irmãos	Japeri: Amapá	Dois Irmãos RJ-LP-68	Histórico
Dois Irmãos	Japeri: Amapá	Dois Irmãos RJ-LP-68	Histórico
Rio D'Ouro	Japeri: Rio D'Ouro	Rio D'Ouro	Histórico
Aldeia de Itaguaçu	Japeri: Santa Terezinha	Aldeia de Itaguaçu	Pré- Colonial
Areal II	Japeri: Rio D'Ouro	Areal II	Histórico
Santo Antônio	Japeri: Santo Antonio	Santo Antonio I	Histórico
Santo Antonio II	Japeri: Santo Antonio	Santo Antonio II RJ-LP-67	Histórico
Viaduto	Japeri: Queimados	Viaduto	Histórico
Morgado de Belém	Japeri: Chacrinha	Morgado de Belém	Histórico
Litau 31	Nova Iguaçu	Litau 31	Pré Colonial
Litau 38	Nova Iguaçu	Litau 38	Pré- Colonial

Litau 39	Nova Iguaçu	Litau 39	Pré-Colonial
----------	-------------	----------	--------------

Fonte: CNSA/IPHAN

Tabela II: Sítios arqueológicos cadastrados a serem registrados no CNSA/IPHAN por essa pesquisa

Nome do Sítio	MUNICÍPIO	Cadastro no IPHAN	Categoria/Tipo
Túnel I	Belford Roxo: Shangrilá Rosa	Ainda não	Histórico
Túnel II	Nova Iguaçu	Ainda não	Histórico
Casa do Modesto Leal	Nova Iguaçu: PNMNI	Ainda não	Histórico
Estrada do Casarão	Nova Iguaçu: PNMNI	Ainda não	Histórico
Gruta APA I	Nova Iguaçu: PNMNI	Ainda não	Pré-Colonial
Gruta Tinguá I	Nova Iguaçu	Ainda não	Pré-Colonial Histórico
São Pedro 72	Nova Iguaçu: Jaceruba - Fazenda São Pedro	Ainda não	Histórico
São Pedro 83	Nova Iguaçu: Jaceruba - Fazenda São Pedro	Ainda não	Histórico
Barragem de Captação Tinguá	Nova Iguaçu: Rebio Tinguá	Ainda não	Histórico
Casa do Administrador	Nova Iguaçu: Rebio Tinguá	Ainda não	Histórico
Cemitério	Nova Iguaçu: Rebio Tinguá	Ainda não	Histórico

Estrada da Polícia I	Nova Iguaçu: Jaceruba	Ainda não	Histórico
Paes Leme I	Miguel Pereira: Fazenda Paes Leme	Ainda não	Histórico
Paes Leme II	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme III	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme IV	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme V	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme VI	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme VII	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme VIII	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme IX	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Paes Leme X	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Santana das Palmeiras	Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Estrada da Polícia	Japeri, Nova Iguaçu, Miguel Pereira	Ainda não	Histórico
Estrada do Cruzeiro	Japeri, Paracambi, Pirai	Ainda não	Histórico
Santana I	Japeri, Paracambi	Ainda não	Histórico
Santana II	Japeri	Ainda não	Histórico
Estrada Velho de Aljezus	Japeri, Queimados: Mutirão da Fé	Ainda não	Histórico
Normandia II	Japeri	Ainda não	Histórico
Normandia III	Japeri	Ainda não	Histórico
Vila Tereza Cristina	Japeri	Ainda não	Histórico
Laranja	Japeri	Ainda não	Histórico

Fonte: Elaborado pelos autores.

## **5 Área de estudo, seus municípios e o patrimônio arqueológico**

Os dados corroboram o fato de que se trata de uma área de grande potencial arqueológico, onde o histórico se confunde com o pré-colonial numa clara visão ou sugestão de sobreposição. O cadastro do IPHAN, quando contrastado pela documentação histórica levantada (BNDigital, cart512339; BRRJANRIO 4Y.0.MAP.46MVOP-A) e os sítios localizados (Tabela II, em anexo) mostra que a quantidade de sítios registrados não é coerente ou proporcional com o tempo de ocupação do espaço geográfico em apreço (DIAS, 1998, p. 399-641), reforçando a necessidade de ampliar as pesquisas em toda a área.

### **5.1 Nova Iguaçu**

Em Nova Iguaçu-RJ, entre os rios Guandu e Iguaçu, tem-se uma larga faixa de terras baixas limitadas por colinas, ora mais elevadas, ora mais baixas, onde teve início a ocupação colonial, através do Rio Iguaçu, conforme carta de Sesmaria concedida a Cristóvão de Barros por Mem de Sá em 1567 (PEREIRA, 1997, p. 11). A Vila de Iguaçu, cujos restos são representados por uma torre sineira e um cemitério, foi tombada provisoriamente, em 08 de abril de 1983, conforme tramitação no Processo Administrativo E-03/02453/78, resultando no Edital de Tombamento editado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC nos termos do Decreto 5.808 publicado no Diário Oficial do Estado, página 24, parte II, de 13 de julho de 1982., Artigo 5º, Inciso II e descreve também, a área onde se insere, às folhas 32 e fixada em mapa às folhas 34 do Processo Administrativo citado.

Consideramos que este conjunto esteja sobreposto a um sítio arqueológico do período pré-colonial, uma vez que está localizado nas margens do Rio Iguaçu, principal rio dessa rede hidrográfica.

A Fazenda São Bernardino (que se tornou símbolo do século XIX na região que veio formar a Baixada Fluminense e para a qual foi elaborado um parque cultural), foi construída pelo Comendador Bernardino José de Souza e Melo em 1875, para o engenho e fabrico de polvilho, constitui-se num conjunto arquitetônico composto por casa grande, senzala e engenho. Na década de 1980, vários incêndios arruinaram o que restava da propriedade, que já havia sido saqueada e abandonada por seus últimos donos. Foi tombada pelo IPHAN em 26 de fevereiro de 1951 através do Processo 432T. Finalmente foi inserida, juntamente com o acervo descrito anteriormente, na proposta do Parque Metropolitano de Múltiplo Uso São Bernardino, pela Fundação para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - FUNDREM em 1975.

O Caminho Novo do Tinguá (CARVALHO, 2012, p. 140-141) que constitui parte da titulada Estrada Real, cuja picada foi aberta por Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes em 1697, demanda localizar seu trecho a partir de Pilar. Já a Estrada do Comércio (BNDigital, ARC.012,02,008), inicialmente Caminho do Comércio - por ter sido construído por sugestão da Real Junta do Comércio - partia da planície de Iguaçu, passando por Santana das Palmeiras no alto da Serra do Tinguá até alcançar o Rio Paraíba do Sul em direção a Ubá. Com calçamento de pedras, encontra na entrada da Reserva Biológica do Tinguá, o trecho mais preservado. Porém à medida que avança para o interior da Rebio-Tinguá constata-se um estado de preservação precário da via histórica.

A Estrada da Polícia, também chamada de Estrada do Rio Preto, mandada fazer pela Intendência Geral da Polícia em 11 de junho de 1812 e concluída em 1827, após várias interrupções, tem sua importância, hoje desconhecida e ao que tudo indica, já o era em 1902 quando a Secretaria de Obras Públicas do Rio de Janeiro publicou um relatório descrevendo seu curso.

Com vários paredões que foram construídos para servirem de contenção de barreiras formam um patrimônio ameaçado pelo avanço da urbanização (LAGOS, 2000, p. 212-213) e desconhecimento dos moradores vizinhos que acabam se utilizando de suas pedras para alicerçarem suas casas. Alguns trechos, ainda são utilizados hoje, como é o caso do que confronta a Fazenda São Pedro e a Fazenda Limeira, chamada de Normandia II no Município de Japeri. Ela liga a Fazenda São Pedro na vertente do Rio São Pedro à Fazenda Paes Leme, na vertente do Rio Santana e, é utilizada por grupo de motociclistas que percorrem trechos do seu trajeto na mata. É um importante patrimônio que pode ser convertido num projeto visando a integração do patrimônio arqueológico num projeto público de gestão patrimonial.

Dessa forma, o conjunto de vias de comunicação terrestre (NOVAES, 2004, p. 60) e fluvial como as estradas do Comércio, da Polícia, de Belém/Cacarias, do Aljezur, do Daniel, o rio Iguaçu, entre outras, constituem, por si só, um acervo que teve grande importância, enquanto condicionantes socioespaciais, pela facilitação do acesso aos lugares, o que favoreceu a expansão da ocupação. Há indícios de que algumas possam ter sido originadas no período pré-colonial e tiveram parte, ou toda sua extensão aproveitada no período histórico. Cumpre lembrar que, apesar de constituírem em sítios arqueológicos, não constavam no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA/IPHAN até 2016.

## 5.2 Belford Roxo

No Município de Belford Roxo, as pesquisas tiveram início sistemático a partir de 1980, quando o Sítio D. Laura - RJ- LP - 43 foi descoberto, acidentalmente, no momento em que o proprietário do terreno, ao cavar o morro com vistas à construção de uma escada, evidenciou um sítio Tupiguarani. O salvamento e análise do material encontrado foi realizado pelo

Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB. Sob a coordenação do Professor Ondemar Dias, o sítio foi vistoriado por José Neto do IAB em 2016, que conversou com os atuais moradores que não mantinham nenhuma informação sobre o mesmo. Os sítios situados em Belford Roxo ainda não refletem sua importância na pauta política do Município, numa clara manifestação de ausência total do Estado sobre o bem. O Município passa por intenso processo de urbanização e, ainda, sofre a ação da violência pública que reflete sobre o estado de preservação dos sítios, uma vez que a organização criminosa se constitui em uma barreira de acesso ao local de assento do patrimônio arqueológico. Fato confirmado em todos os municípios que compõem a área de estudo.

Em algumas áreas do Município, ainda se conservam lugares que, mesmo com a expansão urbana, permanecem com os aspectos verificados na década de 1990. É o caso do Bairro Shangrilá Rosa onde se encontra o sítio Túnel I (TABELA II, em anexo), constituído por um túnel construído na base de uma colina, bem desenhado, indicando que havia em sua entrada uma estrutura, provavelmente de madeira com a função de um portal. Havia no entorno um poço d'água tipo cacimba, hoje aterrado. A história desse túnel varia de quem conta. Para Salvador Alegria Pontes, 61 anos, conhecido no Bairro, por Dodô, residente e domiciliado no Caminho da Glória, o túnel foi feito na época da II Guerra para fuga dos combatentes. Uma informação que pode estar associada ao golpe de 1964, quando a Baixada Fluminense foi palco de resistência à Ditadura e o túnel, já existente, pode ter sido usado como aparelho da resistência. Já para, Wellington Rogério, 39 anos, criado no Bairro, foi construído pelos escravos, informação compartilhada por outros.

Esse túnel foi reconhecido em 1995, através da Jornalista Claudia Maria, quando exercia o jornalismo na região, encontrou e fez uma matéria sobre o local, publicada no Jornal O Dia. A boca do túnel, na época, tinha uma abertura

maior, suficiente para passar uma pessoa. O interior foi acessado até o local onde havia um desmoronamento, que indicou riscos para prosseguir.

### 5.3 Queimados

O Município de Queimados dispõe de sítios arqueológicos registrados no IPHAN e tem sua história escrita iniciada com o Morgado de Marapicu (ARQUIVO NACIONAL, COD 601), cujas ruínas da sede representada na cartografia histórica, ainda não foram localizadas, mas a busca continua. O Engenho de Campo Alegre, outra estrutura fundiária marcada na cartografia histórica, mas ainda não localizada, pode ter tido sua sede no espaço que, hoje, corresponde a Queimados.

Seguindo os rumos do Rio Quebra-Coco, atravessado pela Estrada Velha de Aljezur, na divisa do Município de Queimados e Japeri, tem-se os testemunhos de um período histórico, muito importante para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se do Ciclo da Laranja, cujos sítios arqueológicos que representam esse período, estão cada vez mais ameaçados pela urbanização. Os vestígios desse importante ciclo econômico são, principalmente, representados por um sítio agrícola onde está sendo implantado um "porto seco" pela concessionária ferroviária MRS Logística S.A. confrontado pelo Mutirão da Fé<sup>4</sup> e a estrada Rio D'Ouro, a casa sede no Mutirão da Fé e a conhecida "sede" da Fazenda Fanchem, registrada no IPHAN, mas que foi, na verdade, o último projeto de uma casa de embalagem de laranja, a ser implantada em Queimados e não chegou a ser concluída.

### 5.4 Japeri

O Município de Japeri tem sua trajetória histórica iniciada no período

---

<sup>4</sup> Projeto de Assentamento Rural criado em 1988 e reconhecido pelo ITERJ em 2015, localizado nos municípios de Queimados e Japeri, atravessado pelo Rio Quebra-Coco, e cortado pela Estrada velha de Aljezus e D'Ouro.

pré-colonial, como atestam os sítios arqueológicos, descritos e registrados na tabela 1. No período colonial relaciona-se com a Sesmaria doada a Inácio Dias Velho Paes (ARQUIVO NACIONAL, COD 60), neto de Fernão Dias Paes e filho de Garcia Rodrigues Paes, em 13 de agosto de 1743, nas margens do Caminho das Minas (Caminho Novo do Tinguá), tendo como limites os rios Santana e Santo Antonio, no interior da qual surgiram vários engenhos que hoje encontram-se em franco processo de ruínas perdidas ou ameaçadas por atividades econômicas.

O Estado Novo, instaurado em 10 de novembro de 1937, trouxe alterações territoriais que reconfiguraram o espaço político administrativo local, provocado pelo Decreto Lei 311 de 02 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do país e chegou a editar mais de 60 (sessenta) resoluções, normatizando o trabalho. Os mapas e relatórios produzidos pelos municípios, em decorrência, daquele instituto legal, conforme Portaria 60, emitida em 22 de julho de 1939, pelo Conselho Nacional de Geografia, seriam depositados na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, até o dia 31 de dezembro de 1939 (esses documentos não foram localizados durante nosso estudo). A partir deste marco, principalmente a toponímia local, teve mudanças consideráveis, importantes à compreensão da história dos lugares hoje. Em 1964, a ditadura civil-militar fez surgir em algumas regiões da Baixada Fluminense focos de resistência, com destaque para os fatos ocorridos em Japeri, provocados pelo movimento de reforma agrária existente em Pedra Lisa, bairro rural do Município.

A área havia passado por várias desapropriações por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1958. Foi criada uma comunidade rural, duramente, atacada pela ditadura, cujos vestígios do conflito, apagados dos registros escritos, encontram-se, supostamente, depositados sob o solo da região conforme indica a memória local. São vestígios de um episódio social que pode

ser recuperado e confirmado pela Arqueologia. A relação ditadura civil-militar/sociedade rural japeriense está sendo publicada em vários trabalhos que começam a surgir na Região<sup>5</sup>. Ainda temos alguns sobreviventes desse período que narram o que lembram em descrições constituída por ações de horror, praticadas pelo Estado, onde a queima de casas de taipa e sapê dos produtores rurais, constitui um fato memorizado por todos, que viveram na época. Josimar Fausto, filho de um produtor rural daquele período, luta pela regularização fundiária, até hoje e sempre afirmou a existência de um túnel construído para “esconderijo” de guerrilheiros, cuja existência foi confirmada por esse estudo, porém sem conclusão, ainda, sobre a função.

A Fazenda São Pedro<sup>6</sup> dispõe de várias ruínas dentro do seu perímetro que estão localizadas nas partes mais altas na base da Serra da Bandeira na localidade rural de Jaceruba, bacia hidrográfica do Rio São Pedro que nasce na Serra do Tinguá. Como exemplos, o Sítio Arqueológico São Pedro – 83 e o Sítio Arqueológico São Pedro - 71, na mesma unidade fundiária. São ruínas parecidas, porém com sugestão de funções diferentes, provavelmente uma estrutura dentro da mesma unidade produtiva da Sesmaria em períodos diferentes. Essa área é cortada pela Estrada da Polícia, através da qual se comunica com a Fazenda Paes Leme.

---

<sup>5</sup> Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência Camponesa no estado do Rio de Janeiro, organizado por Leonilde Servolo de Medeiros trás, na exposição de Afrânio Raul Garcia Jr, uma coletânea de depoimentos sobre a violência vivida na área rural da hoje Região Metropolitana do Rio de Janeiro, uma análise detalhada do contexto social e cultural onde essas violências se tornaram possíveis, quando não banais.

<sup>6</sup> A Fazenda São Pedro é um próprio do Estado do Rio de Janeiro, localizada no espaço de dois municípios: Japeri e Nova Iguaçu. Foi adquirida pelo Decreto 7.214 de 02 de dezembro de 1960 e da Carta de Sentença extraída dos Autos da Ação de Desapropriação, proferida pelo Juízo da Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Niterói, Registro nº 7.681, Livro 07, fls. 06, publicada no Diário Oficial em 23 de janeiro de 1971 e reconhecida pelo INCRA, através da Portaria 35, de 16 de setembro de 2005. Está dividida em 100 Lotes destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Um pouco acima dessa área, na margem esquerda do Rio São Pedro, afloramentos rochosos sobrepostos formam uma estrutura com capacidade para abrigo que está sendo considerado o Sítio São Pedro Abrigo I, com aproximadamente 4 X 5 metros localizado na Reserva Biológica do Tinguá, acima da área de coleta d'água pela CEDAE no meio da serra (ARQUIVO NACIONAL, BRRJANRIO 4Y.0.MAP.46 MVOP-A). Existem relatos de objetos encontrados no interior, mas não foi possível visualizar nenhum em visita ao local, indicando-se a necessidade de uma escavação arqueológica futura para esse sítio.

Ainda na Microbacia Hidrográfica do Rio São Pedro, na encosta da Serra da Bandeira, tem-se uma ruína, que os mais antigos chamam de "Vila Tereza Cristina". Até o momento, não foi localizado nenhum documento com referência a essa estrutura representada por alicerces de pedras sobrepostas, escadas de pedra, ferro e telhas de barro e outras estruturas arquitetônicas mostrando um conjunto de obras pretéritas com referência ao período histórico do Município de Japeri. Na superfície, encontra-se com facilidade, frascos de vidro em diversos tamanhos e formas, despertando a ideia de uma casa comercial chamada de "venda" que comercializava, entre outros gêneros, algum tipo de tônico ou remédio (SOUSA, S/D, p.77), por conta do tipo de frasco encontrado em grande quantidade. Outros registros encontrados são os amontoados de pedras em canteiros regulares, simetricamente elaborados que, para uns, são associados a um cemitério quilombola, para outros à limpeza do terreno com fins agrícolas. Observados em dois pontos da região dessa pesquisa, sendo os mais visíveis, os que estão localizados no Maciço do Mendanha/Gericinó, (PNMNI, 1998) iniciando a frequência no morro do Cruzeiro de Nova Iguaçu em direção à Gleba Modesto Leal, e se estendendo até Marapicu. Um projeto de pesquisa específica a ser apresentada ao IPHAN, está sendo elaborado para estudar os amontoados, a partir de uma escavação

arqueológica.

O material encontrado disperso na superfície do terreno é constantemente revirado por pessoas que moram na redondeza e passam por ali através de trilhas no interior do mato que desperta interesse em diversos grupos, inclusive trilheiros de motocicletas.

Passando para o a vertente do rio Santana são encontradas diversas ruínas semelhantes às já apresentadas anteriormente, e mostram um complexo de sítios arqueológicos do período Colonial/Imperial. O tamanho e forma das ruínas nos reportam à função operacional que tiveram no passado e somadas às existentes na vertente do Rio São Pedro, sugerem um complexo agroindustrial de peso na economia da época. A primeira informação a considerar é a sumptuosidade das construções, feitas com requintes que demonstram o poder aquisitivo dos antigos proprietários e a valorização que davam aos edifícios, que eram ostentados com material de excelente qualidade. O tamanho das construções, também impressiona, pelas técnicas de sobreposição das pedras, rigorosamente alinhadas e muito bem assentadas. Essas ruínas sugerem pertencer à Fazenda Santana, que foi propriedade de um dos herdeiros de Ignácio Dias Velho, no cumprimento das determinações da legislação de Sesmaria.

As ruínas da vertente do Rio Santana estão sob a influência do Assentamento da Fazenda Paes Leme<sup>7</sup>, instituído em 1988 pelo movimento de reforma agrária, o que provocou o repovoamento da área, antes ocupadas por poucas famílias descendentes dos antigos empregados das fazendas do local.

---

<sup>7</sup> O Assentamento da Fazenda Paes Leme, reconhecido pelo INCRA em 30 de setembro de 1998, é formado pelo conjunto de produtores rurais familiares e foi instituída a partir das terras remanescentes de duas outras fazendas na área onde está situada: a Fazenda Pedras Azuis e a Fazenda Marimbas, conforme consta nos Decretos 16.276 de 01 de fevereiro de 1991, alterado pelo Decreto 16.394 de 05 de março de 1991 e 16.277 de 01 de fevereiro de 1991, que declararam as terras descritas acima de utilidade para fins de desapropriação destinada à instalação de um projeto de fazenda experimental do Estado, cuja tramitação se deu em função do Processo Administrativo E-28/3296/90.

Isso ampliou os riscos a que está submetido o patrimônio arqueológico na área, despertando a necessidade, urgente, do exercício de ações destinadas à capacitação das pessoas do lugar em lidar com esse bem compartilhado com elas no espaço e alcançar um estágio que garanta sua preservação, através de uma exploração consciente e otimizada.

Tomando por referência Rubino (1996, p. 97), quando escreveu que em 1961:

Após quase três décadas à frente do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, afirmou não ser o Brasil constituído, apenas de seu território, de sua configuração no mapa do Hemisfério Sul. Para identificarmos a nação brasileira, dizia, teríamos de considerar a obra da civilização realizada no país: a produção material e espiritual que herdamos.

Associando a questão ao município em destaque, podemos reproduzir e aplicar as palavras de Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando o município só é visto pelo seu espaço geográfico e arrecadação fazendária. As necessidades da população, na ótica da gestão política, se restringem ao atendimento imediato de dois direitos: a "educação e a saúde" e assim mesmo oferecidos de forma bastante precários. A cultura só serve para negociar acordos de apoio a campanhas eleitorais e, também é vista, com bastante restrição, direcionada a eventos de apresentações de artistas de fora da cidade como cantores, a quem pagam fortunas, em festas comemorativas. Como disse Harvey (2001, p. 221), não se pode negar que a cultura se transformou em algum gênero de mercadoria e que há a crença, muito difundida, de que algo muito especial envolve os produtos e os eventos culturais. O patrimônio citado aqui representa, no espaço geográfico, vários ciclos de produção econômica de abrangência nacional - o ciclo da cana-de-açúcar, passa despercebido diante dos olhos das autoridades e sociedade, sejam do local, seja do regional. Mostra que

a criação do SPHAN em 1937, embora, importante para uma pequena parcela da população, para o grande público brasileiro, não significou nenhum avanço. Se por um lado houve um descobrimento do país que se inventou e inventariou um Brasil histórico e artístico, etnográfico, arqueológico e geográfico (RUBINO, 1996, p. 97), por outro lado, ficou de fora, um Brasil que se encontrava além dos limites físicos de uma elite de intelectuais bem-intencionados, mas restritos a uma pequena realidade.

Nesse complexo, foi localizada uma barragem construída em pedra sobrepostas e cortadas propositadamente a esse fim, considerando a simetria, e destinada à captação de água de um córrego hoje, com vazão, bastante reduzida, chegando praticamente secar em janeiro de 2013, com a estiagem atípica daquele ano, e agravada no local em função do desmatamento e práticas agrícolas impróprias, como as queimadas.

A localização da barragem foi resultado da vistoria nos mananciais hídricos da área de abrangência da Fazenda Paes Leme, em decorrência da seca citada, quando seguia o curso de um dos córregos e deparou-se com essa estrutura de pedra, desconhecidas dos sítiantes, até então. A função, daquela barragem de captação, ainda não foi compreendida, uma vez que não foi localizada, até o momento, uma ruína que pudesse indicar beneficiamento de algum produto agrícola, ou mesmo abastecimento doméstico com a água captada por ela.

As estruturas acima mostram o conjunto de sítios arqueológicos situados na Serra da Bandeira, na vertente do Rio Santana interligados por um caminho, ainda com seus pontos de origem e destino desconhecido. A direção que tomou indica o topo da Serra com virada para Japeri. No entanto, sugere a existência de uma rede viária, que ligaria as diversas estruturas do local à Estrada da Polícia. O Decreto 1018, de 22 de outubro de 1857, autorizou a construção de uma estrada para vincular a do Comércio, na Serra da Viúva, à Estação de

Belém, e está à Cacarias, em Piraí. Essa estrada cruzou a da Polícia no facão da Serra da Bandeira.

### **5.5 Entre municípios - o Rio Guandu**

Na confluência do Rio Santana com o Ribeirão das Lajes, nasce o Rio Guandu, no Município de Japeri, sempre tido como limites entre a sesmaria de Inácio Dias Velho e a Fazenda de Santa Cruz, dos Jesuítas, hoje conhecida como Fazenda Nacional de Santa Cruz (BNDigital, cart326127, 1848). A bibliografia levantada sobre a região mostra que os rumos topográficos das terras dos padres atravessavam o Rio Guandu e vinham confrontar as de Inácio Dias Velho, na Fazenda Belém, hoje em ruínas, registrada no IPHAN como Morgado de Belém, na base da pedreira no Bairro Chacrinha.

O Rio Guandu, além da linha de referência do estudo, serviu de base para diversos assentamentos sociais, desde o período pré-colonial, em função de um espaço favorável à ocupação sociocultural, conforme vem mostrando pesquisas executadas pelo IAB, na área. Trata-se de uma extensa área formada por terras baixas alagáveis, mas com elevações de colinas que tiram uma considerável faixa de terra da linha de inundação, favorecendo a ocupação sociocultural, numa área com facilidade de caça, pesca e coleta (BNDigital, cart326132, 17-). Nessa região, dividida entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, tem-se o projeto de assentamento rural destinado ao Programa Nacional de Reforma Agrária conhecido por Mutirão de Campo Alegre, onde foram descobertos, no início da década de 1980, pelo Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB, dois sítios arqueológicos Tupiguarani, denominados de Campo Alegre e Bosque, que somados às informações bibliográficas levantadas, potencializa o lugar com a expectativa da localização dos sítios arqueológicos referentes aos engenhos de Campo Alegre e Marapicu, entre outras estruturas mencionadas nas cartas históricas. Embora o Mutirão Campo Alegre já tenha

tido percorrido desde 1984, quando a área se tornou bastante difundida pela ocupação do MST, nunca foi localizado nenhuma estrutura que possa reportar ao engenho descrito na cartografia histórica.

## **5.6 Entre municípios – a Reserva Biológica do Tinguá**

A Reserva Biológica do Tinguá, foi criada em 23 de maio de 1989, pelo Decreto 97.780, possui 26.260 hectares. Se por um lado o espaço apresenta certo grau de proteção legal, ainda não há nenhum programa específico que promova a conservação e promoção do patrimônio arqueológico presente nesta reserva e sua área de amortecimento. Santana das Palmeiras nas margens da Estrada do Comércio é um dos locais de interesse arqueológico que, segundo o Professor Afrânio Peixoto, (entrevista pessoal em 27-07-1989), foi um povoado próspero, onde em 1881 foi restabelecida a escola para meninas, fundada em 1869. Em 1857 foi instalada uma agência postal considerando o desenvolvimento socioeconômico do povoado, que chegou até o século XXI representado por documentos e as ruínas da igreja.

O patrimônio arqueológico dos municípios abrangidos por este trabalho precisa ser localizado, cadastrado, identificado, inventariado, processado e explorado através da criação de um sistema de publicização integrado por áreas de visitação, como opção de lazer, associado à relação uso/aprendizagem para a população dessas cidades em direção à sustentabilidade. Trata-se de um trabalho contínuo e com demanda efetiva, onde uma localização de sítio arqueológico implica na descoberta de outros. Nesse trabalho foram feitas a localização e o cadastramento de parte desse acervo, cabendo novas pesquisas direcionadas ao restante das etapas. A elaboração de um plano de manejo é proposto como o próximo passo a ser dado nesse espaço.

Muito do conhecimento popular e das atribuições de valor e significado

destes bens culturais associados à memória e identidade já se perderam em várias comunidades ou encontram-se limitados às lembranças de poucos, que embora tenham o interesse e a consciência, não dispõem dos recursos demandados à execução de um trabalho extensivo de manutenção da relevância do bem cultural quer para sua comunidade imediata, quer para a sociedade como um todo. Esses recursos, de ordem política, social e financeira, nem sempre estão em consonância com interesses de mesma ordem, associados ao processo de crescimento e urbanização da região, que atraem visões de mundo diferenciadas, numa velocidade onde há pouco lugar para ajustes e mediações, predominando uma perspectiva de substituição de saberes e valores que comprometem as memórias e afetividades locais e, conseqüentemente, a relação das comunidades com seu patrimônio.

Restos que expressam as atividades cotidianas dos grupos pré-coloniais carecem de mais estudos para uma melhor compreensão da atual sociedade regional. Bons resultados têm sido alcançados por meio da arqueologia de contrato, que ao desenvolver pesquisa de salvamento no espaço, tem contribuído com a produção desse conhecimento. A presente pesquisa encontrou dificuldade para localizar os sítios arqueológicos pré-coloniais, uma vez que sua localização exige intervenções no solo e subsolo para as quais não estava, previamente, autorizado. A escavação arqueológica não fez parte do propósito desse estudo, portanto não se enquadrando na Portaria IPHAN 007/88. A localização de sítios arqueológicos do período pré-colonial foi feita por trabalhos de terceiros e levantados no CNSA/IPHAN.

Articular o patrimônio cultural arqueológico nas pautas políticas e sociais do espaço considerado no trabalho deve constar nas etapas seguintes para alcançar maior evidência para esse acervo de grande importância local e regional. Avanços estão sendo percebidos no campo das municipalidades, onde ações políticas e sociais se integram em busca de soluções para os diversos

problemas que assolam a área tratada. Nessa linha, o Consórcio Intermunicipal de Agricultura da Baixada Fluminense<sup>8</sup> e o Fórum para o Turismo Sustentável<sup>9</sup>, apontam como espaço de circulação de ideias que tomam o patrimônio cultural arqueológico como um bem pertencente e útil em detrimento de uma ideia difundida em segmentos do meio empresarial, de que se trata apenas de um obstáculo ao desenvolvimento.

Nessa linha, a educação surge como um vetor fundamental de qualificação dos atores envolvidos no contexto do patrimônio cultural arqueológico no qual o professor precisa ser incluído num programa contínuo de treinamento e atualização. Da mesma forma é importante fomentar a educação patrimonial continuada, integrada aos conteúdos curriculares e mais além, de forma a não se tornar, apenas uma atividade pontual, de impacto questionável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. CÓDICE 601. Ministério da Justiça e Negócio do Interior – **O Morgadio do Marapicu** – 17-01-1731.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. **Cartas Topográficas da Capitania do Rio de Janeiro mandadas tirar pelo Conde da Cunha Capitan General e Vice Rey do Estado do Brasil no ano de 1767**. Disponível em [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart512339/cart512339](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512339/cart512339) (Acesso em 20 de junho de 2019).

---

<sup>8</sup> Consórcio formado pelas secretarias de agricultura dos municípios de Japeri, Nova Iguaçu, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Paracambi e Duque de Caxias conforme determinado pela Lei nº 11.107, DE 6 de abril 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

<sup>9</sup> O Fórum Global sobre Turismo Sustentável, realizado entre os dias 28 de janeiro a 1 de fevereiro de 2009, durante o Fórum Social Mundial de Belém do Pará, Brasil, região Pan-Amazônica, integrado por organizações de países da América Latina, América do Norte, Ásia, África e Europa, afirmou que outro turismo é possível e urgente!

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. BRRJANRIO 4Y.0.MAP.46 MVOP-A. **Planta Geral dos rios São Pedro, Santo Antonio e D'Ouro indicando terrenos para desapropriação, 1880.**

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Inácio Dias Velho – Serra do Mar (Est. Do Rio).** COD 60, Vol. 24, Fl. 181, período 13-08-1743.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. ARC.012,02,008 – Cartografia. **Planta hydro-topographica da estrada do commercio entre os rios Iguassu e Parahiba: com todos os rios, ribeirões pricipaes, corregos, lagrimaes e torrentes que atravessão a dita estrada.** 1844.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Cartografia. **Planta Corographica de Huma parte da Provincia do Rio de Janeiro na qual se incluye a Imperial Fazenda de Santa Cruz .** Escala 1:200.000. 1848. Disponível em [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart326127/cart326127.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326127/cart326127.jpg) (Acesso em 20 de junho de 2019).

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Cartografia. **Mapa da Fazenda de Santa Cruz.** 17. Disponível em [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart326132/cart326132.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326132/cart326132.jpg) (Acesso em 20 de junho de 2019).

BRASIL. IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.** 2014.

BRASIL. **Lei 3.924 de 26 de julho de 1961.**

BRUSADIN, Leandro Benedini. **A Dinâmica do Patrimônio Cultural no Turismo Dentre o Processo Híbrido de Memória e Identidade da Cultura Social.** *Revista de Cultura e turismo*, ano 09, nº 03, SC, out. 2015.

CARLAN, Claudio Umpierre, FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio e Colecionismo: algumas considerações.** *Revista Magistro, UNIGRANRIO*, V. 1 N° 1, D. Caxias, RJ, 2010.

CARVALHO, Francisco de Assis. **Entre a Palavra e o Chão: Memória Toponímica da Estrada Real**. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Departamento de Linguística/USP, São Paulo, SP, 2012.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Edições 70, Tradução de Teresa Castro, Lisboa, Portugal, 1999.

CIDADE DE NOVA IGUAÇU, RJ. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. Cobertura Vegetal e Uso das Terras**. Vol. 2. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Setembro 1998.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. **Cadernos de Sociomuseologia nº 15** - 1999 243. ICOM, 1992.

DIAS, Ondemar. **O Índio no Recôncavo da Guanabara**. In: Revista do IHGB. p.p. 399- 641. Rio de Janeiro. RJ. abr/jun. 1998.

DIAS, Ondemar; NETO, Jandira. **A Pré-História e a História da Baixada Fluminense: A ocupação humana da Bacia do Rio Guandu**. IAB Editora. Belford Roxo, RJ, 2017.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia**. Editora: Cosac & Naify, São Paulo, SP, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A Editora. FAPERJ, UNI-RIO. Rio de Janeiro, RJ, 2003.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. *Historiae*, V. 3, N. 3, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2012. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/issue/view/393> (Acesso em 10 mar. 2020).

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna. Coleção Agenda do Milênio. Rio de Janeiro, RJ. 2000.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. CURY, Isabelle (organizadora) Edições do Patrimônio. 3ª Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro-RJ, 2004.

LAGOS, Luciana Corrêa. **O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e Governabilidade. Editora Revan, Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

JONES, James R. **Archaeological Sites**. Division of Historic Preservation and Archaeology. Indiana Departamento of Natural Resources. Indianapolis, Indiana, EUA, Nov. 1993, revised August 1996.

MONNET, Jérôme. **O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, p. 220-228, 1996.

MORIGI, Valdir Jose; LAROQUE, Luís Fernando; MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli; GOMES, Carla Renata A. S. & BARDEN, Júlia Elisabete. **Memória Cultural na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: UFMS / SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. CORE, The Open University. Sem data. Disponível em <https://core.ac.uk/display/235433983> (Acesso em 15 out. 2018).

NOVAES, Adriano. **Os Caminhos Antigos no Território Fluminense**. PRESERVALE. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

O DIA JORNAL. **O mistério no fim do túnel**. Caderno Baixada, p. 07. Rio de Janeiro. RJ. 19-02-1995.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais - Um Olhar Geográfico**. Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil. S/D., 2009.

PERALTA, Elisa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Arquivos da Memória - Antropologia, Escala e Memória nº 2, Nova Série. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Lisboa, PT, 2007.

PEREIRA, Waldick. **A Mudança da Vila: História Iguaçuana**. Sem editora. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer do Município de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu, RJ, 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> (Acesso em 18 fevereiro de 2017).

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica**. 2ª edición, Ediciones Akal S.A. Madrid, España, 1998.

RIO DE JANEIRO. ARQUIVO PÚBLICO. **Decreto 1.018 de 22-10-1857**. Autoriza a construção de uma estrada entre a do Comércio à Estação Belém.

RIO DE JANEIRO. PODER JUDICIÁRIO. Comarca da Capital, 6º Ofício de Notas. **Escritura da Fazenda Botaes**. Pedro dos Santos Mendonça - Tabelião. Escritura, Livro nº 09 Folha nº 124V.

RIO DE JANEIRO. PODER JUDICIÁRIO. **Cartório do 2º Ofício** - Vassouras. Wallace Ribeiro Leal. RJ.

RIO DE JANEIRO. PODER JUDICIÁRIO. Tabelião Melo Alves, 19º Ofício. **Escritura de Doação de Propriedade - Marimbas**. Translado, Livro 22, Folhas 66. Ano 1949.

SOUSA, Ana Cristina de. **Caminhos enquanto artefatos: relações sociais e econômicas no contexto do Caminho Novo e suas variantes (séculos XVIII e XIX)**. In: Conference on Historic Site Archaeology. Arqueologia Histórica na América Latina, Stanley South, Publisher, University of South Carolina, Columbia, USA, S/D, p. 67-87.

RUBINO, Silvana. **O Mapa do Brasil Passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996.

TILLEY, Christopher. **Objectification**. In: TILLEY, Chistopher; KEANE, Webb; K6UCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia. Handbook of Material Culture. British Library Cataloguing in Publication, London, UK, 2008.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil**. Fênix - Revista de história e Estudos Sociais. V 7 ano VII nº 2. Universidade Presbiteriana Mackenzie., mai. jun. jul. ago. 2010.

TORELLY, Luiz P.P. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. Fórum Patrimônio. V 5 nº 2, Belo Horizonte, MG, jul./dez. 2012.

VIEIRA, Silviane de Souza e TEIXEIRA, Simone. **Estado Nacional, Identidad y Preservación del Patrimonio: Una perspectiva regional**. In LOSADA, Dení Ramirez. Espacio Público Patrimonio e Identidad (es) en América Latina (Coordenadora). Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélaz Pliego". p. 301-316. Quinza Anos. 2007.

Recebido em dezembro de 2020

Aprovado em maio de 2021